

**O PAPEL DO ESTADO NO AVANÇO DO SETOR  
SUCROENERGÉTICO NO BRASIL NO SÉCULO XXI: NOTAS  
PARA UM DEBATE**

**THE ROLE OF THE STATE IN THE ADVANCEMENT OF THE  
SUCROENERGÉTIC SECTOR IN BRAZIL IN THE CENTURY  
XXI: NOTES FOR A DEBATE**

**EL PAPEL DEL ESTADO EN EL AVANCE DEL SECTOR  
SUCROENERGÉTICO EN BRASIL EN EL SIGLO XXI: NOTAS  
PARA UN DEBATE**

**Marcos Antonio de Souza<sup>1</sup>**

*geomarcos86@yahoo.com.br*

**RESUMO:** A primeira década do século XXI foi marcada pela expansão do setor sucroenergético no Brasil, vinculada a recuperação dos preços do açúcar no mercado internacional de *commodities*, e principalmente a perspectiva da construção de um mercado global de agrocombustíveis, que nunca se concretizou nos patamares prognosticados. Esta conjuntura demandou que centenas de usinas fossem construídas, reestruturadas ou modernizadas. Investimentos bilionários foram destinados para a construção de novas unidades agroindustriais, passando pela melhoria genética das plantas e a dotação do espaço geográfico da infraestrutura necessária para viabilizar o processo produtivo à renovação dos canaviais. A possibilidade de extração da renda fundiária em patamares superiores aos demais ramos de atividades agropecuárias acelerou essa expansão a níveis inéditos, onde fusões, aquisições, reestruturação produtiva e a vinda de companhias estrangeiras caracterizaram esta fase expansiva do setor. Nesse contexto, este artigo busca analisar o papel desempenhado pelo Estado brasileiro durante esta fase expansiva da primeira década do século XXI, ratificando o caráter do Estado como sendo o comando político do capital, e que no caso do setor sucroenergético, tem sido historicamente o principal agente promotor desta atividade no âmbito da agropecuária capitalista.

**Palavras – chaves:** Setor sucroenergético, Estado, renda da terra, agropecuária capitalista.

**RESUMEN:** La primera década del siglo XXI fue marcada por la expansión del sector sucroenergetico en Brasil, vinculada a la recuperación de los precios del azúcar en el mercado internacional de *commodities*, y principalmente la perspectiva de la construcción de un mercado

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina.

global de agrocombustíveis, que nunca se concretó en los patrones pronosticados. Esta coyuntura demandó que cientos de centrales sucroalcoólicas fueran construídas, reestructuradas o modernizadas. Las inversiones multimillonarias se destinaron a la construcción de nuevas unidades agroindustriales, pasando por la mejora genética de las plantas y la dotación del espacio geográfico de la infraestructura necesaria para viabilizar el proceso productivo a la renovación de los cañaverales. La posibilidad de extracción de la renta de la tierra en niveles superiores a las demás ramas de actividades agropecuarias aceleró esa expansión a niveles inéditos, donde fusiones, adquisiciones, reestructuración productiva y la llegada de compañías extranjeras caracterizaron esta fase expansiva del sector. En este contexto, este artículo busca analizar el papel desempeñado por el Estado brasileño durante esta fase expansiva de la primera década del siglo XXI, ratificando el carácter del Estado como el mando político del capital, y que en el caso del sector sucroenergético, ha sido históricamente el principal agente promotor de esta actividad en el ámbito de la agropecuaria capitalista.

**Palabras clave:** Sector sucroenergético, Estado, renta de la tierra, agropecuaria capitalista.

**ABSTRACT:** The first decade of the twenty-first century was marked by the expansion of the sugar-energy sector in Brazil, linked to the recovery of sugar prices in the international commodities market, and especially the prospect of building a global agrofuel market that never materialized at predicted levels. This situation required that hundreds of power plants be built, restructured or modernized. Investments billionnaires were destined to the construction of new agroindustrial units, passing through the genetic improvement of the plants and the endowment of the geographic space of the infrastructure necessary to make viable the productive process to the renovation of the cane fields. The possibility of extracting land income in excess of the other branches of agricultural activities accelerated this expansion to unprecedented levels, where mergers, acquisitions, productive restructuring and the arrival of foreign companies characterized this expansionary phase of the sector. In this context, this article seeks to analyze the role played by the Brazilian State during this expansionary phase of the first decade of the century XXI, ratifying the character of the State as the political control of capital, and which in the case of the sugarcane industry has historically been the main agent promoter of this activity in the ambit of the capitalist farming.

**Keywords:** Sucroenergético sector, State, rent of land, capitalist agriculture.

## INTRODUÇÃO

Não é possível compreender a dinâmica territorial da canavicultura mercantil no Brasil sem mencionar o histórico papel do Estado em prol do setor sucroenergético, num contexto em que Ramos (1999, p. 19) irá sentenciar que a história da agroindústria canavieira se confunde com a história da relação entre proprietários e o Estado.

Não se trata de afirmar de forma simplista que o agronegócio sucroenergético é uma exceção que goza de privilégios por parte do Estado, mas sim representa um claro e evidente exemplo do papel do Estado em salvaguardar os interesses da classe dominante, assim como o faz com as frações hegemônicas do setor industrial, bancário e o da agricultura capitalista como um todo.

O que sim é específico no caso do complexo canavieiro do Brasil é o grau de profundidade da ação estatal, sendo adequado, portanto, denominá-la de intervenção estatal, pois que ela interferiu de tal forma nas relações internas do

complexo, que passou a ser um elemento determinante das formas e desdobramentos futuros desse mesmo processo. (RAMOS, 1999, p. 21).

Marx e Engels (1998, p.102) abordam esta concepção de um Estado forjado de modo a favorecer os interesses de uma classe hegemônica quando em “*A Ideologia Alemã*” conceituam o Estado como a “forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem a sua propriedade e os seus interesses [...]”.

Nesta mesma vertente Weber (2004, p.36) define o Estado como sendo “[...] uma relação de homens que dominam seus iguais, mantida pela violência legítima [...]”, onde todo o aparelho administrativo de um determinado território detém o monopólio das ações em prol do grupo social que o controla.

Clastres (1974, p.14-15) por sua vez chega ao ponto de afirmar em seu “*A Sociedade Contra o Estado*” que a grande revolução ocorrida na história da humanidade fora a aparição do Estado, sendo este “[...] instrumento que permite a classe dominante exercer sua dominação violenta sobre as classes dominadas [...]”, ou ainda atuar como “[...] o protetor dos proprietários”.

Engels (1982, p. 61) em “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*” aponta que o Estado surge da necessidade de mitigar o antagonismo de classe, sendo assim um instrumento mediador destes antagonismos irreconciliáveis, senão vejamos:

O Estado é [...] um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade [...] está dividida por antagonismos irreconciliáveis [...] Mas para que esses antagonismos, essas classes [...] não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro do limite da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela [...] é o Estado.

Não obstante, nosso interlocutor aponta que como esta gênese se processou em meio ao conflito de classes, é fundamental que se compreenda que é o Estado o instrumento a serviço da classe mais poderosa, da classe econômica mais dominante, e que por meio dele se converte na classe politicamente hegemônica e assim pode instituir elementos tidos como legítimos no âmbito da exploração e da remoção de quaisquer obstáculos que se levantem no caminho desta classe.

É desta forma que Engels (1982, p. 62) atesta que historicamente as mais distintas formas de Estado atuaram no sentido de favorecer os interesses da classe dominante, desde o Estado Antigo Escravocrata, passando pelo Estado Feudal controlado pela nobreza para

a manutenção da submissão dos servos e camponeses, chegando até o Estado Moderno, que nas palavras do autor seria um mero instrumento do qual dispõe a classe dominante (capital) para explorar a classe dominada (trabalho).

Corroborando esta concepção de Estado descrita por Engels, Marx (2008, p.47) no livro “*Contribuição à Crítica da Economia Política*” conclui que as relações jurídicas, assim como a organização das mais distintas formas de Estado respondem as necessidades das condições materiais de existência da sociedade, e não na chamada “evolução geral do espírito humano”.

Desta forma, Marx (1984, p.251) sentencia ainda em “*O Capital*”, que é,

[...] sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a construção social, e, por conseguinte da forma política das relações de soberania e de dependência, em suma, de cada forma específica de Estado.

Nesse contexto, Corazza (1987, p. 28) irá apontar que “não há hierarquia entre economia e Estado. A existência do Estado, isto sim, pressupõe a existência da economia [...] que para existir, necessita de um Estado, forma de ser da economia e da sociedade”, fundamentos estes que já eram preconizados no “*Manifesto Comunista*” de Marx e Engels (1975, p.11-12), onde o Estado “[...] não é mais do que um comitê para gerenciar os negócios comuns de toda burguesia”.

Não obstante, Mészáros (2011, p. 105-108) defende que antes de qualquer outra coisa o Estado assume para si a função de ser o comando político do capital, estando estruturado para atender as exigências desse capital, num contexto em que o seu próprio surgimento foi

[...] uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema [...] O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno.

E se como concluíra Marx (2008, p. 47) a “anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política [...]”, o formato e a estrutura da produção do agronegócio sucroenergético no Brasil deve ser compreendido a partir das ações engendradas pelos atores sociais que possibilitaram historicamente a sua produção no território brasileiro, o que torna indispensável analisar o papel do Estado, que tem sido historicamente o principal agente promotor do setor sucroenergético no país.

## **O ESTADO COMO PROMOTOR DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO BRASIL NO SÉCULO XXI**

A história do setor sucroenergético brasileiro tem sido escrita a partir das várias facetas do intervencionismo estatal (RAMOS, 1999, p. 19), a começar pelas dimensões que o projetou a nível internacional desde o período colonial, passando pela gestão da produção pelo IAA – Instituto do Alcool e Açúcar durante quase todo o século XX, pelo Proálcool das décadas de 1970 e 1980, até atingir a conjuntura da primeira década do século XXI, onde igualmente o Estado viabilizou o processo expansivo.

Para efeito de contextualização, consideramos que as primeiras décadas do século XXI foram marcadas por significativas mudanças no cenário político e econômico brasileiro, e certamente estas alterações produziram efeitos em todos os setores da economia e nortearam as principais políticas públicas adotadas no país ao longo deste período, produzindo uma série de desdobramentos sociais e econômicos que ajudam a compreender a realidade na qual o Brasil encontra-se mergulhado na atualidade.

A eleição de Lula em 2002, distante de significar uma ruptura com as políticas de cunho neoliberal, provocou na verdade uma considerável alteração no pacto de poder engendrado na década de 1990, que priorizava a aliança de determinadas frações de classe com o capital internacional, uma vez que marcou a ascensão política da grande burguesia interna brasileira, que atua nos setores da mineração, da construção civil, do agronegócio, da indústria de construção naval, da indústria de transformação, dentre outros (BOITO JÚNIOR, 2012, p. 89).

Nesse contexto, no campo econômico, as ações do Estado estiveram norteadas pela adoção de uma série de medidas em prol das grandes corporações capitalistas nacionais, sendo aqueles vinculados a agropecuária capitalista um dos principais focos de uma política voltada ao fortalecimento destas frações de classe, de modo a integrarem suas ações no âmbito da produção capitalista mundializada.

Esta estratégia de desenvolvimento socioeconômico adotada pelo governo brasileiro nas primeiras décadas deste século, manteve o agronegócio como modelo prioritário de desenvolvimento para o campo brasileiro, a despeito do comando político do país se apresentar como representante dos trabalhadores do campo e da cidade.

O Estado, atuando como o comando político destes capitalistas, disponibilizou bilhões de reais em aportes creditícios para estes grupos, que modernizaram e aumentaram a capacidade produtiva de suas instalações, empreenderam fusões e aquisições, tornando-se gigantes oligopólios nos seus ramos de atuação, sendo esta estratégia bastante explícita no caso da agropecuária, nos setores de carnes, de grãos e no sucroenergético.

No caso específico do setor sucroenergético, durante a primeira década do século XXI, houve uma retomada de seu processo expansivo após um considerável período de estagnação ocorrido com o fim do Proálcool, apresentando-se como uma oportunidade lucrativa para a agropecuária capitalista e para o crescimento econômico do país.

Na esteira de projeções superestimadas, onde o engendro de uma nova geopolítica energética internacional daria destaque para a produção sucroenergética nacional, desenhada para mitigar o suposto aquecimento global antropogênico e a possível escassez do petróleo, o Estado viabilizou uma expansão vertiginosa da canavicultura mercantil a partir de aportes bilionários de recursos públicos para o setor.

Previa-se naquele momento que além da crescente demanda açucareira interna e externa, o etanol brasileiro seria largamente importado pelos EUA, Japão, União Europeia e demais países que, em tese, acrescentariam gradualmente este agrocombustível às suas matrizes energéticas.

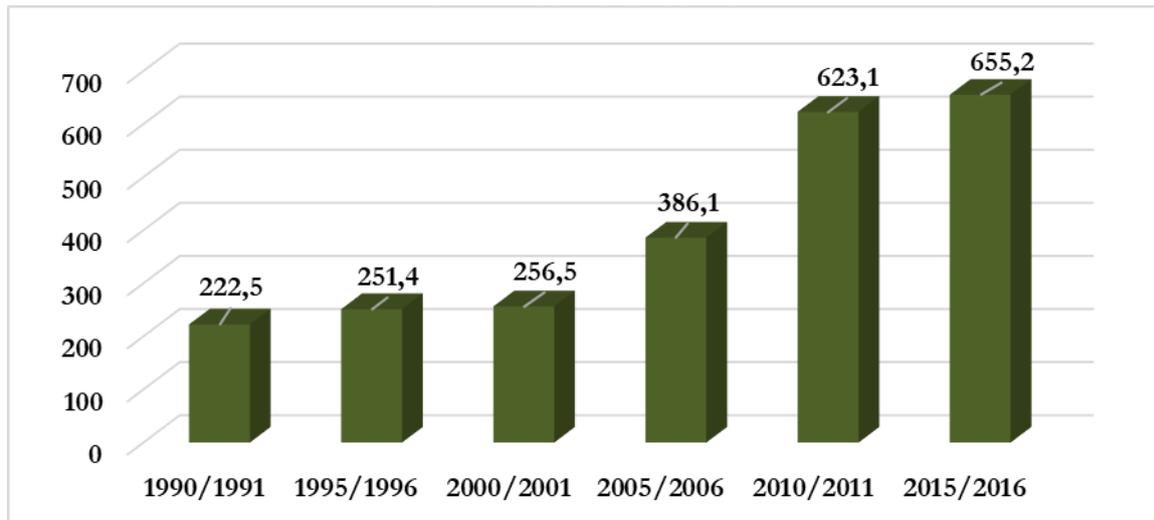
A perspectiva da criação de um mercado global de etanol, - que jamais existiu nas proporções prognosticadas -, assim como projeções que indicavam uma maior demanda internacional por açúcar, orientaram uma expansão capaz de dobrar a área cultivada com cana-de-açúcar no país, área esta que o país demorou praticamente quinhentos anos para consolidar.

Nesse contexto, na primeira década do século XXI o Estado volta a estimular a produção de agrocombustível, agora visando, além do mercado automobilístico interno, a possibilidade de se aventurar no mercado externo, no que seria a consolidação de uma nova geopolítica energética internacional construída através da justificativa do esgotamento das reservas petrolíferas e do combustível ambientalmente sustentável<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Mondragón (2009, p. 125-130), elucida que a produção de agrocombustíveis se sustenta em um discurso meramente ideológico, com o objetivo de justificar o latifúndio produtivo, assegurando a renda territorial, assim como acesso aos créditos estatais de fomento. A fragilidade da viabilidade econômica dos agrocombustíveis residiria nas oscilações cíclicas do preço do petróleo, e devido aos elevados custos de produção, sua produção somente poderia ser viabilizada mediante um maciço subsídio estatal.

**Gráfico 01:** Evolução da produção canavieira entre as safras de 1990/1991 e a de 2015/2016 em milhões de toneladas.



Fonte: Conab, 2016

Não obstante a um aumento da ordem de 13.056% nas exportações de álcool combustível e do incremento de 1.274% das exportações de açúcar em um período de duas décadas (BRASIL, 2009, p.21-35), houve ainda um significativo aumento do consumo interno de etanol, motivado tanto pela mistura de 25% a gasolina<sup>3</sup>, quanto do incremento das vendas de automóveis bicombustíveis a partir de uma política estatal de facilitação de créditos aos consumidores brasileiros:

A produção e venda dos automóveis bicombustíveis foi o principal estímulo à retomada da produção de álcool hidratado e anidro, sendo que o Estado tem tido papel preponderante nesse processo. Os veículos *flexfuel*, capazes de rodar com álcool, gasolina ou com a mistura dos dois, estão mantendo os primeiros lugares no *ranking* dos mais vendidos, desde 2004. Segundo a ANFAVEA, em 2006, a produção e a venda de veículos bicombustíveis atingiram 2 milhões de unidades. A tecnologia *flex fuel* estava embutida em 77% dos carros vendidos naquele ano. (THOMÁZ JÚNIOR, 2008, p. 02).

Para se ter uma ideia do que tem representado o consumo interno de etanol, a UNICA (2010, s/p.) aponta que em 2003 esse agrocombustível respondia por 50% do consumo nacional de combustíveis automotivos, sendo que houve um incremento considerável na participação nacional da venda de veículos *flex fuel*, passando de 3,7% no

<sup>3</sup> Pela lei 13.033/2014, o governo brasileiro pode regulamentar uma mistura de etanol na gasolina entre 18% e 27,5%. A última Resolução Interministerial que regulamenta essa mistura, vigente a partir de março de 2015, estabelece percentual obrigatório de adição de etanol anidro combustível de 25% para 27% à gasolina comum.

ano de 2003 para mais de 90% do total dos veículos vendidos em 2015 no Brasil. (ANFAVEA, 2015, s/p.).

Isto vem atestar o exposto por Porto - Gonçalves (2008, p. 333-339), que assevera que “no Brasil, o Proálcool selou uma aliança estratégica entre os usineiros de açúcar, os gestores estatais, centros de pesquisa e a indústria automobilística”, num contexto em que para a materialização dessa aliança o Estado atuou no sentido de constituir,

[...] um complexo sistema de pesquisa em torno dos agrocombustíveis que envolve várias instituições, a saber: a Embrapa com seus quatro programas (o de Biodiesel, o de Florestas Energéticas, o de Etanol e o de Resíduos); a ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós - localizada em Piracicaba – SP; o PENSA – Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial – «uma organização do tipo *network* que integra os Departamentos de Economia e Administração da FEA-USP»; além do ICONE - Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais - todos comprometidos num grande projeto estratégico de tornar esse setor um importante protagonista global”

Mais uma vez fica evidente como atua a mão visível do Estado que agiu no sentido de engendrar uma conjuntura favorável e que por sua vez possibilitou o setor se recuperar de mais uma de suas crises, num contexto em que o próprio chefe de Estado brasileiro - o então presidente Lula - assumiu a tarefa de ser o maior promotor do etanol brasileiro no exterior, classificando como “heróis nacionais” os usineiros que possibilitariam “[...] uma nova revolução na matriz energética do planeta [...]”, sendo ainda” [...] fonte de energia barata, renovável e limpa. (BRASIL, 2007, s/p.).

E, conforme será demonstrado posteriormente, o estímulo estatal não irá ficar apenas no plano dos discursos presidenciais, corroborando o exposto em Mészáros (2011, p.113-124) que elucida que:

É por isso que o relacionamento entre o Estado e as empresas economicamente relevantes [...] é basicamente caracterizado pelo fato de o Estado assumir descaradamente o papel de facilitador da expansão [...] do capital no exterior. [...] O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo tempo, o pré-requisito necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um sistema viável, e o quadro geral para a completa articulação e manutenção deste último como sistema global [...] Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto.

Mendonça, Pitta e Xavier (2012, p, 05) apontam que durante o governo Lula o Estado brasileiro destinou diretamente 28,2 bilhões de reais para o setor sucroenergético,

sendo esse montante superior a quaisquer investimentos estatais em prol de outro setor econômico no Brasil.

Não obstante, a ação do Estado também continuou a incluir a constante rolagem das bilionárias dívidas do setor, além da segurança de mercado e créditos a juros subsidiados para a modernização das unidades agroindustriais, num contexto em que os autores supracitados apontam os prognósticos de investimentos estatais de mais de 40 bilhões de reais nos próximos anos para garantir a sustentabilidade do setor, dos quais “[...] R\$24,5 bilhões seriam para aquisição de terras, e R\$19,2 bilhões, para a formação de lavouras e infraestrutura operacional”. (MENDONÇA, et. al., 2012, p. 06).

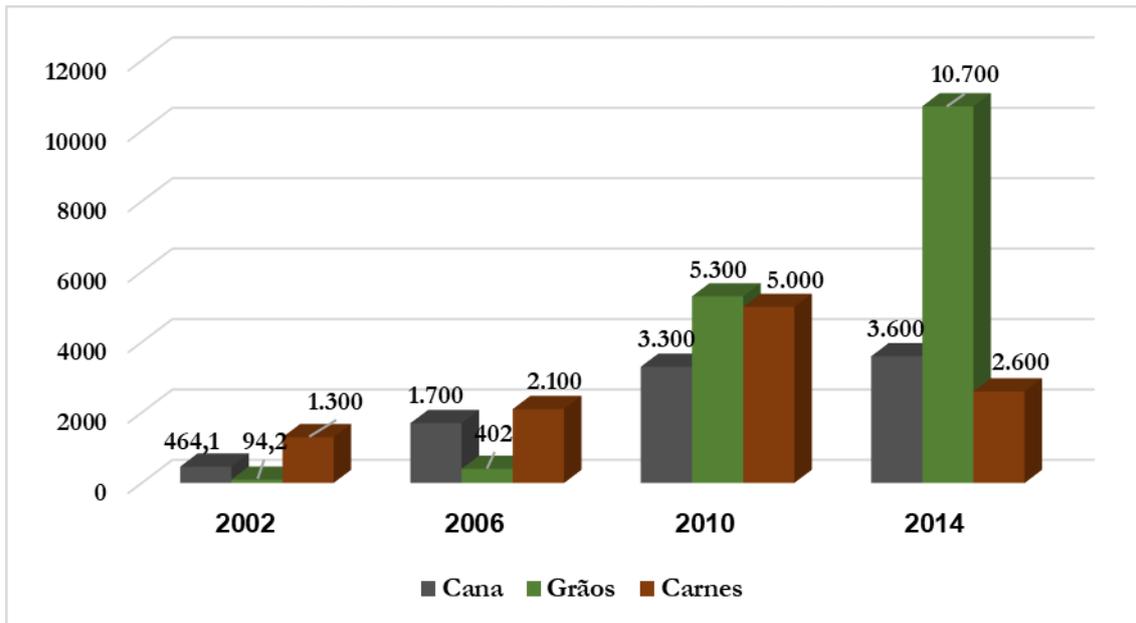
Considerados "heróis mundiais" pelo ex-presidente Lula, os usineiros obtiveram, nos últimos oito anos, R\$ 28,2 bilhões em empréstimos do BNDES. Só em 2010, por exemplo, foram R\$ 7,4 bilhões [...]. O valor foi superior ao repassado a outros setores da economia no ano, como as indústrias de papel, celulose e extrativista juntas (R\$ 3,1 bilhões), mecânica (R\$ 5,3 bilhões), metalurgia (R\$ 4,9 bilhões) e têxtil e vestuário (R\$ 2,1 bilhões). [...]. Comparado aos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o desembolso foi 1.156,4% maior. (BORLINA FILHO, 2011, s/p.).

Para se ter uma ideia de como ocorre a intervenção do Estado na contemporaneidade, basta constatar que o volume dos recursos públicos desembolsados via BNDES<sup>4</sup> para o setor canavieiro vem aumentando consideravelmente após o ano de 2003, estando sempre entre os três setores do agronegócio que mais recebem subsídios financeiros deste banco estatal, ficando em 2014 apenas atrás do setor de grãos (Gráfico 02).

---

<sup>4</sup> Os desembolsos analisados têm como base os Informes Setoriais “BNDES e Agricultura”, que reporta os aportes creditícios do BNDES àquilo que o banco denomina “agroindústria de alimentos”.

**Gráfico 02:** Desembolso do BNDES para as três cadeias produtivas que mais captaram recursos em milhões de reais entre 1999 e 2013.



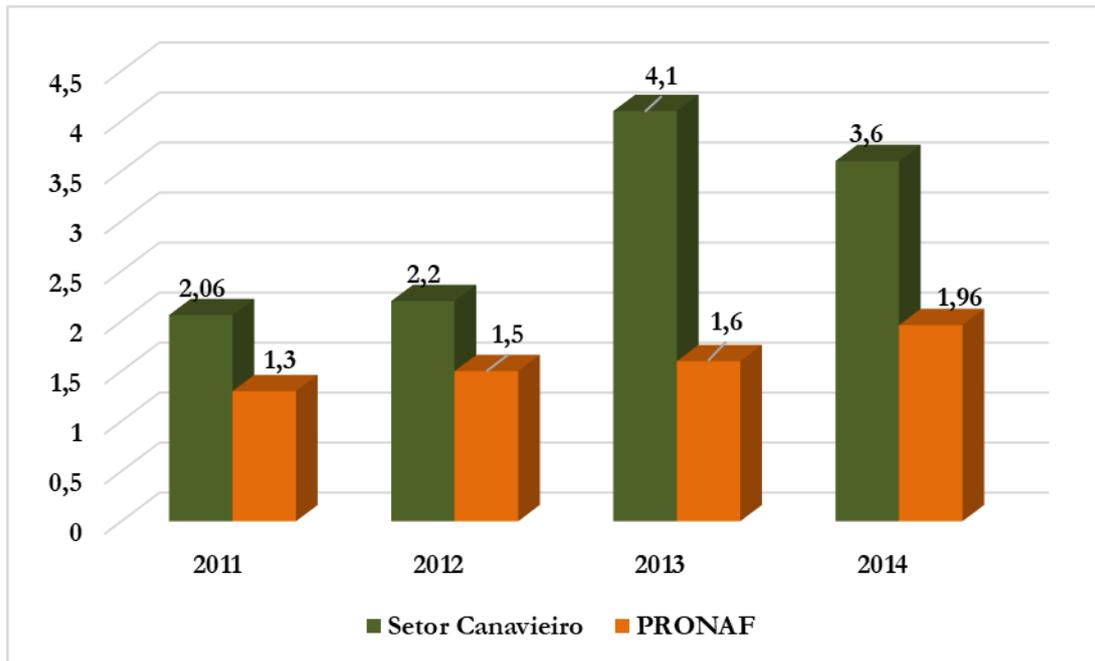
Fonte: BNDES, 2015

Se for considerado que estes dois últimos setores englobam sempre mais de uma atividade - o de carnes abarca a cadeia produtiva das aves, a de suínos e a dos bovinos e o de grãos compreende o cultivo e o processamento da soja e do milho majoritariamente-, fica evidente a posição privilegiada do setor canavieiro perante o aparelho de Estado brasileiro.

A opção preferencial do Estado pelos setores mais rentáveis da agricultura capitalista não é nenhuma novidade no Brasil, mas resulta um exercício interessante comparar os valores remetidos pelo BNDES para a agricultura comercial com os desembolsos aos subprogramas do PRONAF, em uma linha de crédito voltada para aquilo que o principal banco de desenvolvimento nacional qualifica de “agroindústria de alimentos (Gráfico 03).

Em 2011, os valores financiados pelo BNDES para o setor canavieiro no âmbito da promoção daquilo que considera “agroindústria de alimentos”, alcançaram 2,05 bilhões de reais, contrastando com 1,3 bilhões destinados a 30.327 operações de financiamentos do PRONAF, programa este que embora fora responsável por quase 30% de todas as operações realizadas pelo BNDES no setor agrícola, recebeu apenas 8,2% do total de créditos disponibilizados (BNDES, 2012, p.02).

**Gráfico 03:** Comparação dos desembolsos do BNDES para o PRONAF e para o setor canavieiro<sup>5</sup> em bilhões de reais entre 2011 e 2014.



Fonte: BNDES, 2015

Esta mesma tendência se observa em 2012, quando o setor canavieiro captou mais de 2,2 bilhões de reais em recursos públicos do BNDES contra R\$ 1,5 bilhões do PRONAF, sendo repetida em 2013, quando o setor recebeu 4,1 bilhões de reais e o PRONAF apenas R\$ 1,6 bilhões distribuídos em mais de 60 mil operações de financiamentos. (BNDES, 2014, p.02).

Não obstante, em 2014, mesmo ocorrendo uma diminuição dos aportes do BNDES para a agroindústria canavieira<sup>6</sup> com relação ao ano de 2013, o montante destinado ao setor sucroenergético foi 83,6% maior do que o crédito do BNDES destinado ao PRONAF, mesmo este último programa respondendo por 35,4% das operações totais realizadas pelo BNDES. (BNDES, 2015, p. 03).

Essa discrepância nos desembolsos do BNDES ajuda a compreender como o Estado e suas políticas têm priorizado os setores produtivos da agricultura capitalista em detrimento de um setor – a agricultura familiar – que é responsável por 70% da produção

<sup>5</sup> Estes desembolsos do BNDES excluem os valores remetidos via PRORENOVA – Programa de Renovação de Canaviais, e BNDES PASS - Programa BNDES de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro.

<sup>6</sup> Na verdade, houve uma diminuição dos desembolsos do BNDES para toda a agroindústria.

de alimentos do país (BRASIL, 2012, s/p.) e gera 77% da mão de obra empregada no espaço agrário brasileiro. (FAO, 2014, p. 83).

Nessa mesma vertente, dados do Banco Central do Brasil apontam que os valores dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas entre os anos de 2002 e 2012 para a lavoura canavieira apresentaram um dos maiores crescimentos percentuais entre todas as culturas agrícolas, senão vejamos:

**Tabela 01:** Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas agropecuárias em milhões de reais entre 2002 e 2012.

Cultura	2002	2012	Varição em %
Arroz	536,3	1.508	+181,1%
Feijão	146,2	312,6	+113,8%
Batata	160	297,1	+85,6%
Mandioca	56,2	116,4	+107,2%
Milho	10.830	6.780	-37,3%
Soja	2.942	12.325	+318,9%
Cana-de-açúcar	260,1	3.750	+1.341,7%

Fonte: Banco Central do Brasil, 2015.

Embora os dados da tabela 02 englobem instituições de crédito públicas e privadas<sup>7</sup>, pode se constatar que a expansão do setor sucroenergético veio acompanhada de um forte aporte creditício, num contexto que enquanto o volume total de crédito disponibilizado para a agricultura no Brasil cresceu um pouco mais de 450%<sup>8</sup> entre 2002 e 2012, na canavicultura mercantil esse crescimento foi superior a 1340%, ritmo bastante superior ao do arroz, feijão, batata, mandioca e até mesmo ao das *commodities*, como a soja e o milho por exemplo.

Esse aumento nos financiamentos para o setor sucroenergético revelam uma tendência de endividamento dos agroindustriais num nível superior ao das demais atividades agrícolas, tendência esta observada por Mendonça, Pitta e Xavier (2012, p, 21) que apontam que para manter a expansão de modo a suprir as demandas prognosticadas no início da década passada, os agroindustriais canavieiros investiram com apoio estatal na

<sup>7</sup>Em 2012, 78,9% dos contratos e 57,6% do valor total dos financiamentos agropecuários foram oriundos de bancos públicos federais e estaduais (BRASIL, 2015, p.497).

<sup>8</sup> Dados do Banco Central do Brasil apontam que em 2002 o volume total de crédito para o setor agrícola brasileiro foi de 17,1 bilhões de reais em 2002, passando para 77.5 bilhões em 2012.

aquisição de terras e insumos, na mecanização e no melhoramento do seu parque tecnológico, num contexto em que:

A crise financeira mundial trouxe mudanças significativas para a agroindústria canavieira em relação ao padrão de expansão que se delineou nos anos anteriores. Diversas usinas tomaram empréstimos baratos em dólar, aproveitando a valorização do real, para especular com derivativos cambiais. Com a reversão dessa tendência e a valorização do dólar em relação à moeda brasileira, muitas usinas quebraram. [...]. As empresas deixaram de investir, por exemplo, na renovação de canaviais, tratos culturais e adubação para manter a elevação dos níveis de produtividade.

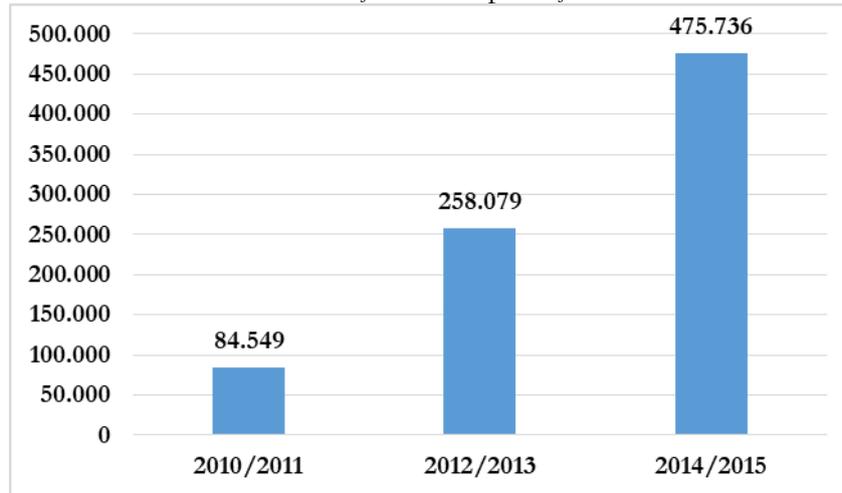
Não obstante, o setor alcooleiro tem apresentado oscilações na oferta interna desse agrocombustível, que outrora pretendia abastecer os mercados mundiais, num cenário em que o açúcar sofreu a maior valorização no mercado mundial de *commodities* das últimas três décadas, o que contribuiu para uma queda expressiva na produção alcooleira, passando de 27,5 bilhões de litros em 2008 para 22,6 no ano de 2012, voltando a se recuperar somente na safra 2013/2014, quando a produção retornou aos 27,5 bilhões de litros. (UNICA, 2014, s/p.).

Apesar da crise financeira que assolou a economia mundial em outubro de 2008, os preços internacionais do açúcar atingiram, menos de um ano depois, seu mais alto nível registrado nos últimos 28 anos. [...]. Com excesso de demanda e restrição de oferta, o mercado internacional do açúcar exibe preços extremamente atrativos: dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA (2009) mostram que, entre abril e novembro de 2009, o açúcar remunerou em média 62% mais que o etanol anidro e 77% mais que o etanol hidratado. Logo, as usinas que contam com a possibilidade de arbitrar entre a produção de açúcar e etanol tendem a priorizar a produção do primeiro em detrimento à do segundo [...]. (VALENTE e SATOLO, 2010, p.01-03).

Não é demais ressaltar que desde 2008, de acordo com Milanez et. al (2011, p.285-288) o Brasil vem apresentando um déficit na oferta de etanol para abastecimento do mercado interno, o que por sua vez demandaria investimentos de aproximadamente 55 bilhões de reais para superar este déficit.

Por outro lado, houve um incremento das importações brasileiras de etanol dos EUA e do Paraguai nos últimos anos, o que contradiz as projeções iniciais de abastecimento interno e exportação em larga escala no âmbito da denominada nova geopolítica energética internacional, em que os agrocombustíveis teriam um papel protagônico. (Gráfico 04).

**Gráfico 04:** Evolução das importações de etanol



Fonte: SECEX, 2016

Essas ações, vinculadas à gestão empresarial dos agroindustriais frente às flutuações conjunturais no mercado internacional de *commodities* apontam para o elevado custo social assumido pelo Estado ao subvencionar todas as etapas da produção do setor canavieiro.

Isso ocorre em primeiro lugar devido ao fato de que o agroindustrial canavieiro tem a possibilidade, diante da leitura de mercado, de produzir aquilo que lhe é mais vantajoso momentaneamente, fazendo deste fator um elemento diferenciado utilizado inclusive como instrumento para pressionar o Estado a fomentar os projetos do setor e ao mesmo tempo demandar que o conjunto da sociedade arque com os custos das opções dos agroindustriais canavieiros.

Não é à toa que as entidades representantes do setor estão sempre apontando para a necessidade de se ampliar constantemente os já vultuosos desembolsos estatais para o setor canavieiro.

Thomaz Júnior (2002, p. 99) elucida que a utilização do discurso da “crise” para obter dividendos estatais não têm sido uma novidade no setor sucroenergético.

Alegações constantes de crise, conforme tem apontado o autor, tem se mostrado uma estratégia bastante usual dos agroindustriais canavieiros, que ao ameaçarem fechar suas unidades produtivas diante de dificuldades inerentes ao formato e estrutura da produção do setor, tem obtido valiosos proveitos, principalmente aliando a “crise” ao argumento da omissão do Estado para com o agronegócio sucroenergético.

Foi a partir desta estratégia, conforme aponta Thomaz Júnior (2002, p. 102-105), que os agroindustriais canavieiros obtiveram ao longo da história o perdão de suas dívidas e a constância nos programas e ações governamentais destinados a alavancar o setor, que sempre se encontra envolto em “crises”, das quais o Estado historicamente têm lançado programas que objetivem custear a sua recuperação.

É desta forma que surge o Proálcool, que aliado as justificativas já apresentadas anteriormente nesse trabalho, emergiu como resposta do Estado aos agroindustriais canavieiros diante da “crise” alegada pelo setor diante da suposta inviabilidade em exportar açúcar no início da década de 1970.

No entanto, nem mesmo a drenagem dos vultuosos recursos públicos captados para o financiamento do setor, além dos múltiplos subsídios em todas as etapas do processo produtivo, evitaram que “crises” se instalassem e inviabilizassem a produção canavieira, de tal modo que mais uma vez elas justificariam um nível de inadimplência de quase 60% do valor aportado na forma de empréstimos pelo Estado entre os anos de 1975 e 1985, sem contar as várias anistias em prol dos agroindustriais. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 103).

Não obstante, o setor que recebera bilhões de dólares do Estado com o Proálcool e que deixara de pagar a maior parte das dívidas contraídas, apresentava-se na década de 1990 sob uma nova “crise”, pressionando o Estado, - do qual buscou- se desvincular em nome de uma maior liberalização da produção -, do “Plano de Socorro aos Usineiros Endividados”, cuja emergência de aprovação se deu mediante a pressão exercida pelos usineiros, de que um iminente colapso do setor provocaria impactos na economia e resultaria em aproximadamente 1,3 milhões de desempregados, conforme elucida Thomaz Júnior (2002, p. 104-105).

Essa estratégia dos agroindustriais surtiu o efeito esperado pelo setor<sup>9</sup>, uma vez que além de novas liberações de crédito e políticas vantajosas destinadas ao setor, o Tesouro Nacional acabou por assumir a bilionária dívida das usinas, estimada em 2,5 bilhões de dólares em 1991.

---

<sup>9</sup> Para enfrentar a “crise” vivenciada pelo setor no período 1990-2002, além da renegociação da dívida, os agroindustriais canavieiros foram beneficiados pela atuação do Estado com uma política de tributação diferenciada, crédito barato, a garantia legal da demanda de 20 à 25% no mix etanol/gasolina e a criação da CIDE.

Assim, fica evidente que o setor sucroenergético de “crise em crise” tem alicerçado as bases para uma nova e fugaz etapa de acumulação, etapa esta que tem historicamente desembocado em uma nova “crise”, da qual o setor somente sairá com a ajuda do “[...] Estado faturador, o que significa pôr-se diante de novo derrame de dinheiro público (fácil e barato)”. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 107).

É nessa perspectiva, onde Pitta e Mendonça (2010, p. 30) atestam que o “[...] verdadeiro produto deste setor não é a cana, o açúcar ou o etanol, mas uma enorme dívida financeira, social e ambiental”, que o momento atual deve ser compreendido, num contexto em que as entidades de classe sucroenergéticas têm apontado que o setor, que recebera bilhões em aporte estatal após o ano de 2003, acumulou já no final da safra 2015-2016 uma dívida de cerca de 93 bilhões de reais, sendo que contabilizam 60 unidades que encerraram suas atividades e dezenas se encontram em processo de recuperação judicial, alegando desta forma estarem em uma das maiores crises da história do setor. (UNICA, 2016, s/p.).

E isto não representa dizer que a atividade canavieira não possa ser lucrativa ou rentável, ou que os agroindustriais do setor encontram-se desprovidos de qualquer política de subsídios estatais, se for considerado que mesmo durante o atual período de crise, tem se constatado, mesmo que num ritmo menos acelerado, a expansão da área cultivada em todos os principais estados produtores ao invés da retração (UNICA, 2016, s/p.), além da persistência dos investimentos estrangeiros na agroindústria canavieira nacional e um crescente processo de oligopolização do setor, conforme será abordado mais adiante.

Mesmo em um período de crise os grupos mais capitalizados, ao invés de estagnarem estrategicamente sua produção, ou mobilizar seus capitais rumo a outras atividades econômicas têm persistido no negócio canavieiro, adquirindo usinas e destilarias que enfrentam dificuldades financeiras, concentrando ainda mais a produção sucroenergética e atestando a existência de fundamentos que garantam a rentabilidade no setor. ]

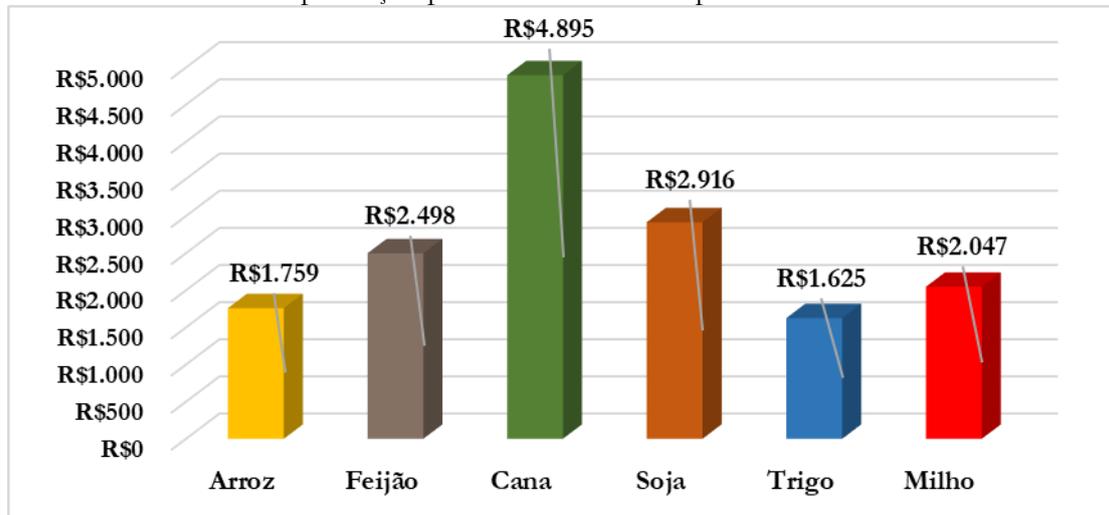
Por outro lado, dados do IBGE apontam que na safra 2015/2016 a cana-de-açúcar apresentou um dos mais expressivos faturamentos brutos por hectare<sup>10</sup> dentre todas as

---

<sup>10</sup> Por possuir um dos maiores valores de produção por hectare da agricultura brasileira, causa estranheza os argumentos de crise, por mais elevados que possam ser os custos de produção.

culturas agrícolas, superior inclusive a de vários setores da agricultura tipicamente capitalista, como a soja, o trigo e o milho, senão vejamos:

**Gráfico 05:** Valor da produção por hectare no Brasil por cultura selecionada em 2015



Fonte: MAPA, 2016.

Sendo uma das culturas que mais remuneram por hectare cultivado, a materialização de uma crise das proporções alegadas pelas entidades de classe somente poderia ser explicada perante a inviabilidade econômica da produção, em uma situação hipotética de custos de produção e processamento agroindustrial superiores ao valor da produção, o que por sua vez deslegitimaria os enormes recursos públicos destinados ao setor.

Nesse contexto em que os agroindustriais advogam por mais subsídios estatais, - após o setor ser beneficiado de maneira expressiva após o ano de 2003 -, e mesmo assim alegarem estar envoltos numa grave crise, a inviabilidade econômica do agronegócio sucroenergético estaria sendo propalada justamente por seus próprios promotores.

Mas se o setor sucroenergético fosse inviável economicamente, ou ainda, se uma crise das proporções alegadas estivesse de fato comprometendo a capacidade de auferimento de rendimentos em patamares atrativos, o que explicaria a persistência do processo expansivo da territorialização dos monopólios do setor, onde além da área cultivada estar se expandido geograficamente, grandes corporações internacionais continuaram aumentando consideravelmente a sua participação no setor (OLIVEIRA, 2014, p.2.087), num contexto em que a Adecoagro do megainvestidor estadunidense

George Soros, a Shell, Bunge, Cargill, Tereos, a Louis Dreyfus Commodities, seguiram ampliando as aquisições de unidades em todo o país?

Não obstante, custos de produção e processamento superiores ao faturamento bruto, desqualificariam a tese das vantagens comparativas do Brasil, que é apresentado pelas entidades de classe representativas do setor, assim como seus promotores, como sendo o país com os menores custos de produção no setor sucroenergético a nível global (GONÇALVES, 2005, p. 71).

Diante dessas constatações, fica evidente o elevado custo social contraído pelo Estado ao fomentar a produção do setor sucroenergético, uma vez que a expansão canieira ocorrida durante a primeira década deste século se deu mediante a um formato e estrutura<sup>11</sup> que necessita constantemente da rolagem das dívidas contraídas pelo setor, assim como aporte de recursos financeiros na forma de financiamentos ou subsídios, conforme elucidam Mendonça, Pitta e Xavier (2012, p, 10-11):

A fim de efetivar seu processo de expansão, a agroindústria canieira reafirma uma necessidade constante de atrair recursos do sistema financeiro, seguidamente e sempre com o propósito de cobrir antigos créditos – em outras palavras, efetivando uma expansão com avolumamento de dívidas. Nesses termos, tem-se como origem e determinação da expansão sucroenergética a própria crise de acumulação de capitais. Trata-se, neste caso, do capital fictício em sentido estrito, ou seja, quando se pagam os créditos malparados com novos créditos. [...]. Os altíssimos custos prévios para imputar processos competitivos de produção exigem do capital canieiro crescentes montantes de dinheiro creditício. Nesse sentido, a territorialização da agroindústria sucroenergética passa a se efetivar com a participação de volumosas somas dessa forma de capital, seja para incorporação, implantação e/ou modernização de unidades processadoras, seja para o desenvolvimento das lavouras, ou para obter domínio de terras através da compra ou de contratos de parceria e arrendamentos. [...]. Entretanto, a incorporação desses investimentos para a ampliação dos ativos das principais empresas do setor, na prática, acaba por forjar um processo de reprodução aparentemente salutar. Em pormenores, trata-se de uma busca pela valorização enquanto promessa, pois na realidade o que se apresenta é um cenário de crise derivada da necessidade de contínuos aportes que alimentam um movimento de intensificação das dívidas no processo produtivo.

Nessa mesma vertente e conforme já demonstrado anteriormente, Ramos (2011, p. 17-19) aponta que o Estado Brasileiro tem historicamente arcado com as dívidas pendentes dos agroindustriais canieiros.

Após a materialização desta ação durante a última crise do setor (1990-2002), os investimentos no agronegócio canieiro se deram mediante a um novo endividamento dos

---

<sup>11</sup> De acordo com Fabrini (2008, p. 60-61) “[...] o agronegócio não possui sustentabilidade econômica e sobrevive à custa de intervenções políticas mantidas pelo Estado na forma de subsídios, perdão de dívidas, juros baixos, etc”.

agroindustriais, um endividamento, diga-se de passagem, caracterizado pela tomada de recursos do Estado para investir na produção canavieira, e que será “pago” através de políticas de aporte de créditos e outros tipos de políticas subvencionadas por esse mesmo Estado, tendência esta já constatada em outros momentos históricos em que o setor alegou estar na iminência de crises insolúveis.

Curiosamente, mesmo inadimplente, o setor continua recebendo créditos volumosos por parte das instituições governamentais, e independente de sua solvência ou dos impactos socioambientais inerentes ao formato e estrutura de sua produção, o Estado brasileiro não tem titubeado em aportar bilhões para salvaguardar o setor de suas crises recorrentes.

Autores como Kalleki (1943), Mészáros (2011), Carnoy (1988), Bloch (1980), Belluzzo (1995), Rugitsky (2015), dentre outros, irão sentenciar que na atualidade as coalizões de interesses capitalistas têm o poder de pressionar o Estado no sentido de este atender as suas demandas empresariais e a desembolsar recursos públicos na salvaguarda de setores que justificam suas crises pela falta de investimentos os quais supostamente não estão em condições de empreender.

Assim, a subjugação da economia e do próprio Estado produz a materialização de condições protecionistas em que as classes hegemônicas investem seu capital em múltiplas atividades econômicas, com a segurança da reprodução ampliada desse capital em meio às turbulências de mercado, e quando há a possibilidade da não concretização desses objetivos nos patamares previstos, a classe organizada demanda providências por parte do Estado ao mesmo tempo que busca preservar seu capital para novos investimentos e deixa de pagar as dívidas contraídas pelo setor.

E os órgãos de imprensa das entidades representativas do agronegócio explicitam esta estratégia, senão vejamos a análise de Sousa (2014 s/p.):

De um lado o governo ignora os apelos [...] dos representantes do setor. De outro, há uma paralisia de investimentos [...]. Falta uma liderança [...] que coloque as cartas na mesa do governo de maneira incisiva. Vamos perder empregos e o governo vai piorar sua imagem no mercado internacional por deixar de incentivar o mercado de energias renováveis. [...]. Precisamos montar campanha no Palácio do Planalto e só sair de lá com uma proposta firme [...] Investidor inteligente não deve colocar nenhum centavo no agronegócio do açúcar e do álcool brasileiro enquanto o governo não se mexer.

Mais uma vez os outrora “heróis” da economia nacional alegam necessitar do socorro do Estado, cuja atuação na economia tem sido desdenhada nas visões do capitalismo liberal, principalmente nos períodos de apogeu econômico, que emergem como virtudes do modo de produção vigente, sendo que no caso da agropecuária, o formato e estrutura do agronegócio tem sido apresentado como o modelo de desenvolvimento por excelência, inquestionavelmente produtivo e eficiente na geração de riquezas para o país (FERNANDES, 2010, p. 04).

Concomitante aos inegáveis impactos da crise econômica internacional de 2008, no plano interno, o setor sucroenergético, que no período compreendido entre 2003 e 2008 recebera dezenas de bilhões de reais do Estado para viabilizar a produção ao longo de toda a cadeia produtiva, passa a considerar na sua gestão empresarial, a decisão do governo brasileiro em diminuir o volume de recursos financeiros destinados ao fomento do setor a partir de 2010.

Não obstante, o Estado brasileiro durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, adotou uma política de controle do preço da gasolina com vistas a evitar o aumento da inflação, não equiparando o preço às condições do mercado internacional, além de extinguir a CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, o que possibilitou que esse combustível não sofresse reajustes de preços significativos, diminuindo a vantagem do consumidor em optar pelo etanol ao invés da gasolina.

Diante destas alterações ocorridas tanto externa quanto internamente, houve uma retração significativa no âmbito dos investimentos no setor, o que aponta para um cenário em que no setor sucroenergético, o Estado deve prover a maior parte dos investimentos em todas as etapas do processo produtivo, além de garantir mercado para seus produtos e intervir com aportes de recursos sempre que o setor atravessar por um período desfavorável de acumulação.

Sem estas ações, os capitalistas veem materializadas as condições de risco para seus investimentos, mesmo que os fundamentos<sup>12</sup> para a rentabilidade do setor continuem a existir.

Nesse contexto, os agroindustriais, que já contavam com agroindústrias com moderna tecnologia e capacidade de atender a superestimada demanda sucroenergética, deixaram de investir no setor agrícola canavieiro, ou seja, na renovação dos canaviais, tratos

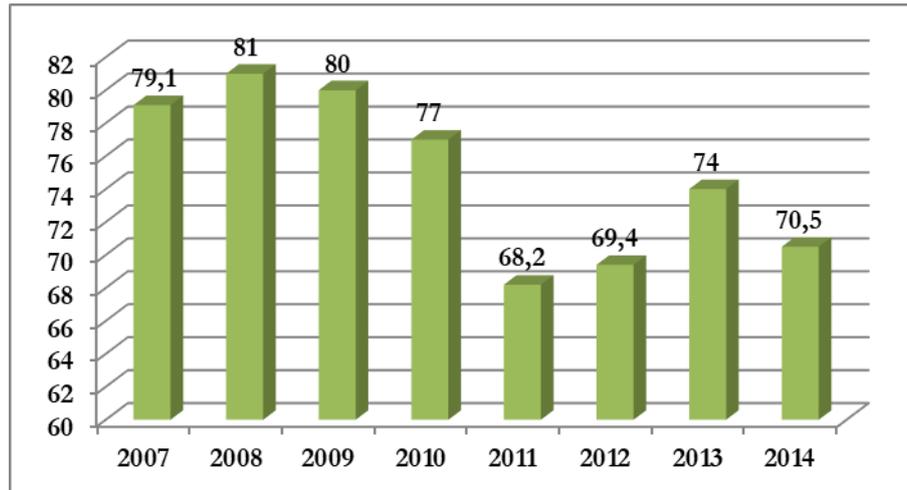
---

<sup>12</sup> Demanda interna e externa por exemplo.

culturais, nos insumos agrícolas e em maquinários, fatores que contribuíram para uma queda vertiginosa nos índices de produtividade. (MENDONÇA, et. al. 2012, p.04).

Os desdobramentos deste processo ficam evidentes a partir da constatação da desaceleração do ritmo da expansão assim como na considerável retração na produtividade observada após 2008<sup>13</sup> (Gráfico 06), cujas justificativas do setor giram em torno da diminuição dos custos de produção para garantir a rentabilidade.

**Gráfico 06:** Evolução da produtividade da cana-de-açúcar em toneladas/hectare entre 2008 e 2013.



Fonte: Conab, 2015

Nesse contexto o Estado brasileiro, pressionado pelos agroindustriais que viram despencar a produtividade agrícola da cana de 12.500 ATR<sup>14</sup>/ha para menos de 10.000 ATR/ha em menos de cinco anos, lançou em 2012 o PRORENOVA – Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais -, que fundamentalmente objetiva financiar a renovação, tratos culturais e a implantação de novos canaviais no país em condições favoráveis de pagamento, tais como prazos de até seis anos com carência de dezoito meses, juros que variam entre 0,9 a 1,3% ao ano para um volume de 6,5 bilhões de reais em financiamento para a safra 2014/2015. (BRASIL, 2014, s/p.).

É dessa forma que fica explicitado o papel do Estado como agente político do capital da classe hegemônica, ao desembolsar bilhões de reais para a instalação e modernização de novas usinas durante os primeiros anos da década do século XXI e na

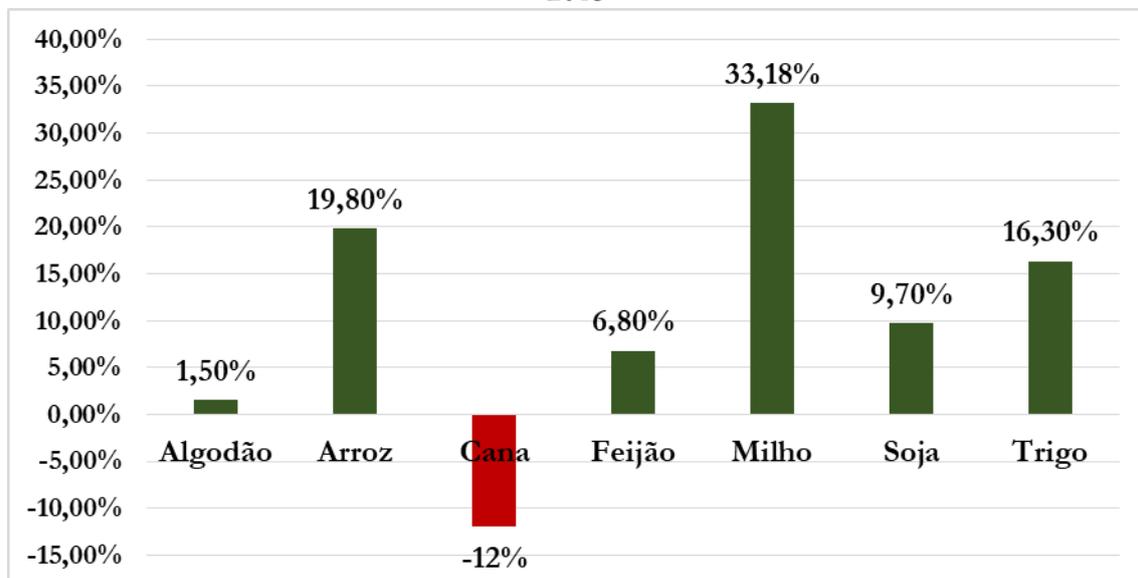
<sup>13</sup> A cana-de-açúcar foi a cultura da agricultura capitalista que mais perdeu produtividade entre 2008 e 2013. (CONAB, 2015, s/p.).

<sup>14</sup> ATR – Açúcar Total Recuperável. Diz respeito à quantidade de açúcares disponível na matéria-prima.

atualidade garantir outros bilhões para a renovação e a implantação de novos canaviais, mesmo seus promotores dispendo de recursos próprios para tal.

Não obstante, a partir do ano de 2013 o BNDES implementou um programa específico para fomentar a estocagem do etanol no âmbito do BNDES PASS – Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro, cujo objetivo seria garantir o equilíbrio do mercado de etanol combustível nos períodos de safra e entressafra. Somando estas duas iniciativas, o Prorenova e o BNDES Pass, entre os anos de 2012 e 2015, somente o BNDES destinou 17,5 bilhões de reais em linhas de crédito específicas ao setor canavieiro.

**Gráfico 07:** Evolução da produtividade de culturas agropecuárias selecionadas entre 2008 e 2013



Fonte: Conab, 2015.

Nesse contexto, pode se depreender que, na maioria dos casos antes dos prejuízos, situações conjunturais tipicamente mercadológicas pressionam para uma diminuição dos rendimentos prognosticados, o que leva os agroindustriais a baixarem os custos de produção para alcançarem suas metas empresariais, interferindo obviamente na produtividade do setor, conforme constatado anteriormente (Gráfico 07).

E se após as estratégias econômicas não conseguirem os resultados previstos, dedicam-se a outras atividades que lhes garantam mais segurança no âmbito da rentabilidade (SOUZA, 2017, p. 149).

Essa tendência somente passa a ser revertida na medida em que o Estado assume para si a função de financiar em condições favoráveis os investimentos que deveriam partir dos próprios empresários rurais, que com suas ações ratificam a fragilidade do formato e da

estrutura do agronegócio perante as regras de uma economia de mercado (FABRINI, 2008, p. 27).

Isso fica evidente quando se observa que apogeu e crises têm marcado o setor, sendo que em ambos casos há uma relação entre a forte atuação ou a diminuição das políticas estatais em prol do agronegócio canavieiro.

É nesse contexto que o Estado assegura através de seu aparelho constitutivo que o tributo social pago para a classe detentora do monopólio fundiário nunca seja inferior ao obtido no período anterior, e quando há a possibilidade de isto não se concretizar, realiza desembolsos para garantir a reprodução ampliada do capital.

Somente a existência de um Estado nos moldes apresentados por Marx e Engels (1985), Engels (1982), Clastres (1974), Mészáros (2011), dentre outros abordados anteriormente, explicaria a continuidade de políticas públicas com elevado custo social ao país inerentes ao formato e a estrutura do agronegócio, que chega ao ponto de, no caso sucroenergético, - financiar todas as etapas da produção, num contexto em que Ramos (1999, p. 20-25) elucida que,

[...] a intervenção estatal, ao criar um sistema de defesa dos preços e das classes sociais proprietárias dos meios de produção, acabou por [...] constituir – o Estado – num verdadeiro “guarda-chuvas”, protegendo tanto o usineiro, um proprietário de fábrica e de terras, como o fornecedor de cana, apenas proprietário de terras. Assim a relação entre o Estado e as classes proprietárias [...] nada tinham a ver com o que se convencionou chamar de “forças de mercado” [...] a ação do Estado, ao criar e/ou viabilizar as “condições gerais de produção” está, ao mesmo tempo, redistribuindo o excedente gerado pela produção social, pois direciona muitas dessas condições de forma a favorecer setores específicos, onerando e/ou relegando outros. Os diversos mecanismos que têm caracterizado a sustentação do complexo agroindustrial canavieiro no Brasil (crédito barato, subsídios diversos, dívidas não pagas, e garantia de mercado, especialmente) são exemplos típicos de uma redistribuição do produto social que não se justificam do ponto de vista mais global.

De todas as formas o custo social desse formato e estrutura de produção da agricultura capitalista é elevadíssimo: se os empresários rurais não alcançam seus objetivos junto ao Estado, todo aporte estatal que anteriormente viabilizara a produção não terá frutificado em ganhos ao país.

Se o Estado cede às pressões, significa que o conjunto da sociedade deverá pagar pela ineficiência da forma e da estrutura dessa produção, abrindo assim a possibilidade para futuramente ser extorquida novamente com os mesmos argumentos e as mesmas estratégias.

E a constatação desta realidade no espaço agrário brasileiro aponta para a materialização de uma estrutura e uma forma de se produzir no campo, que colabora para com o aumento das desigualdades sociais, privilegiando um negócio que contraditoriamente rentabiliza em patamares superiores o agroindustrial, relegando a segundo plano outras formas de produção distintas da agricultura comercial capitalista, conforme será abordado posteriormente.

E não é demais ressaltar que a expansão da monocultura canieira que se processou de forma intensa nos primeiros oito anos do século XXI, encontra-se vinculada - inclusive por parte do Estado - à apropriação do discurso do “ambientalmente sustentável”, como estratégia mercadológica, “[...] para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável [...] cedendo às iniciativas do mercado temas fundamentais do desenvolvimento sustentável, como o manejo de recursos naturais, pobreza rural, segurança alimentar, etc.” (LEFF, 2005, p.271).

Eis o preço a ser pago caso os promotores privados e estatais do setor sucroenergético insistam na fórmula de sucesso das atividades agroexportadoras no território brasileiro, delineadas a partir da implementação da empresa colonial açucareira, cujos pilares mantenedores da rentabilidade que sustentavam a elite agrária em determinados ciclos de prosperidade foi e continua sendo a abundância de terras e a liberdade para a exploração da mão-de-obra, onde,

Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que é capaz de fornecer impulsiona o seu funcionamento e dá a impressão puramente ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou que se esgotem os recursos naturais disponíveis, para que aquela produção decline e pereça, tornando impossível manter a vida que ela alimentava. Em cada um dos casos em que se organizou um ramo de produção brasileira, não se teve em vista outra coisa que a oportunidade momentânea que se apresentava (PRADO JR, 2000, p. 126).

É a continuidade da barbárie, travestida de modernidade (OLIVEIRA, 2003, p.36), de eficiência produtiva, do ambientalmente sustentável e com a promessa do desenvolvimento econômico, instaurando a insegurança no campo e a inexorável contradição entre a opulência e a rentabilidade do setor sucroenergético com a pobreza e a exclusão social nas porções espaciais em que se territorializa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a primeira década do século XXI o Brasil reviveu mais uma conjuntura favorável para a produção sucroenergética, onde a recuperação dos preços do açúcar no mercado internacional de *commodities*, e principalmente a perspectiva da construção de um mercado global de agrocombustíveis com forte apoio estatal, possibilitou o ressurgimento de um setor que nos últimos cinco séculos tem alternado curtos períodos de apogeu com longos períodos de crises.

Num país de dimensões continentais, que abarca aproximadamente 850 milhões de hectares, a terra não era problema, ou melhor, fora apresentada como a solução para mitigar os efeitos do suposto aquecimento global antropogênico, provocado pela emissão de gases poluentes, dos quais os combustíveis fósseis são elencados como os maiores causadores.

Nesse contexto, os agroindustriais canavieiros emergiam nos discursos presidenciais como “heróis” desse novo tempo, em que uma nova geopolítica energética seria consolidada e o Brasil destinado a ser um dos protagonistas.

Centenas de usinas foram construídas, reestruturadas ou modernizadas. Dezenas de bilhões de reais saíram das arcas estatais para financiar desde a construção de novas unidades agroindustriais, passando pela melhoria genética das plantas e a dotação do espaço geográfico da infraestrutura necessária para viabilizar o processo produtivo à renovação dos canaviais.

A possibilidade de extração da renda fundiária em patamares superiores aos demais ramos de atividades agropecuárias acelerou essa expansão a níveis inéditos, onde fusões, aquisições, reestruturação produtiva e a vinda de companhias estrangeiras, muitas das quais ligadas a indústria petroleira e até da construção civil, caracterizaram esta fase expansiva do setor.

Empréstimos foram concedidos sob condições privilegiadas com prazos a se perder de vista. Nada disso, porém fora novidade para o centenário setor. Tampouco os resultados que se seguiram.

Após um curto período conjuntural positivo, o mercado global de etanol jamais se consolidou nos patamares prognosticados, e ao invés de abastecer os mercados mundiais

tal qual se prognosticava, atualmente o Brasil tem importado etanol para atender as exigências das agências reguladoras.

Por outro lado, os grupos monopolistas do setor, ao se depararem com tais projeções superestimadas, endividaram-se na modernização de suas usinas e destilarias com vistas a aumentar sua capacidade produtiva, tanto agrícola quanto industrial.

O resultado destes processos atuando de forma combinada não poderia ser diferente: dezenas de unidades agroindustriais em todo o país paralisaram a produção ou entraram com pedidos de recuperação judicial, num contexto em que a dívida do setor tem atingido valores maiores que o PIB de muitas economias do mundo.

O Estado, que financiara a expansão mobiliza agora outros bilhões para atender os usineiros, que através de suas entidades de classe e seus lobbies políticos alegam estar em uma crise sem precedentes e necessitando de maior aporte estatal em prol do setor.

Estado este que nunca titubeou em salvaguardar os interesses do setor em todas as suas crises, mesmo que os resultados econômicos da produção canavieira estejam atrelados com a concentração fundiária, com a exploração da força de trabalho, com a ameaça a soberania alimentar e com a inadimplência das dívidas contraídas, assim como aos impactos ao meio ambiente.

Nesse contexto em que abundam recursos estatais para facilitar a integração das elites nacionais ao capitalismo mundializado, o projeto da Reforma Agrária e da construção da soberania alimentar no Brasil, fora mais uma vez adiado, sendo evidente que no contexto dos volumosos desembolsos estatais para o fomento da produção agropecuária, as culturas tipicamente capitalistas foram as que mais se beneficiaram dos recursos disponibilizados pelo Estado.

E isto, mesmo sendo menos produtivas, concentrando a maior parte das terras, e gerando menos mão de obra no campo e sem contribuição digna de nota para o abastecimento dos alimentos básicos consumidos no país.

Nesse contexto, nem mesmo a configuração agroindustrial do setor, que tem sustentado sua produção em modernas bases técnicas, tem conseguido escamotear o arcaico caráter rentista no qual continua se fundamentando a agropecuária capitalista em pleno século XXI, onde a terra tem sido colocada para produzir somente nas condições em que há garantias asseguradas de retorno financeiro. (BELLENTANI, 2014, p.166).

Com efeito, o controle da terra acaba se tornando uma das estratégias privilegiadas para a captação de recursos públicos, conforme assevera Paulino (2007, p.112), sendo que a socialização das perdas dos capitalistas tem evidenciado além do elevado custo social da agropecuária capitalista, a sua própria insustentabilidade enquanto modelo prioritário de desenvolvimento para o campo, diante do fato de que nem mesmo os volumosos recursos públicos disponibilizados até este momento repercutiram em solvência mínima, situação que aliás precede a constituição de monopólios cada vez maiores.

Não obstante, os processos expansivos de culturas fundamentadas na agropecuária capitalista, como é o caso do negócio canavieiro, têm apresentado uma série de desdobramentos socioespaciais (SOUZA, 2017, p.82-85), como a concentração fundiária, a ameaça à soberania alimentar a partir das disputas territoriais entre a agropecuária capitalista e a agricultura familiar/campesinato e a intensificação da precarização das relações de trabalho, o que tem colocado em xeque as benesses atribuídas ao formato e à estrutura do agronegócio como modelo virtuoso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLENTANI, N. F. **A territorialização dos monopólios do setor sucroenergético.** Tese (Doutorado). USP: São Paulo, 2014. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01062015-173239/pt-br.php>>. Acesso em 10 set. 2015.

BOITO JÚNIOR, A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. IN: Boito Jr, Armando & Galvão, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000.** São Paulo: Editora Alameda, 2012.

\_\_\_\_\_. **Discurso proferido pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 20/03/2007.** Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2007. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pagina-inicial-3>>. Acesso em 10 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia. **Anuário estatístico da agroenergia.** Brasília: MAPA, 2009.

\_\_\_\_\_. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **O BNDES e a agroindústria em 2013.** Brasília: BNDES, 2014.

\_\_\_\_\_. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **O BNDES e a agroindústria em 2014.** Brasília: BNDES, 2015.

\_\_\_\_\_. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Perspectivas do investimento 2015-2018 e panoramas setoriais**. Brasília: BNDES, 2015. Disponível em <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2842>>. Acesso em 15 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório anual de operações do BNDES**. Brasília: BNDES, 2016. Disponível em <<Http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes>>. Acesso em 15 jul. 2016.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1974.

CORAZZA, G. **Estado e relações de produção**. Porto Alegre: FEE, 1987.

CONAB. **Séries históricas de área plantada, produção e produtividade relativas as safras de 1976/1977 a 2014/2015**. Brasília, 2015. Disponível em <[http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&&Pagina\\_objcmsconteudos=2#A\\_objcmsconteudos](http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&&Pagina_objcmsconteudos=2#A_objcmsconteudos)>. Acesso em 02 set. 2016.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

FABRINI, J.R. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1643>>. Acesso em 10 dez. 2015.

GONÇALVES, D.B. **Dilemas do desenvolvimento sustentável na produção canavieira paulista**. 2005. 96f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Faculdade de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3470>>. Acesso em: 28 jul. 2015

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDONÇA, L.M; PITTA, F.T.; XAVIER, C.V. Agroindústria canavieira e a crise econômica mundial. **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: 2012. Disponível em <<http://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>>. Acesso em 10 set. 2014.

MENDONÇA, L.M., PITTA, F.T. O etanol e a reprodução do capital em crise. **Agrária**. São Paulo: USP, 2010. Disponível em [www.revistas.usp.br/agraria/article/download/45568/49594](http://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/45568/49594) > Acesso em 10 set. 2014.

MÉSTZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, A.U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In **Revista Terra Livre**. Presidente Prudente: AGB, 2003). Disponível em <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/473> > Acesso em 15 ago. 2014.

PAULINO, E.T. O campo brasileiro no cenário da matriz energética renovável: notas para um debate. In: **Terra Livre**, Presidente Prudente: Ano 23, v. 2, n.º.29, p.95-114. Ago.Dez, 2007. Disponível em < [http://www.agb.org.br/files/TL\\_N29.pdf](http://www.agb.org.br/files/TL_N29.pdf)> Acesso em 20 set. 2013.

PORTO-GONÇALVES, W.C. **Outra verdade inconveniente – a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna**. **Universitas Humanística**, Bogotá, n.º. 66 jul.-dez, p. 327-365, 2008. Disponível em <[http://www.javeriana.edu.co/Facultades/C\\_Sociales/universitas/66/14porto.pdf](http://www.javeriana.edu.co/Facultades/C_Sociales/universitas/66/14porto.pdf)>. Acesso em 02 jan. 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOUZA, Marcos Antonio de. **Desdobramentos da territorialização do setor sucroenergético no estado do Paraná**. 2017. 373 fls. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais** os nós da cana: a relação capital-trabalho e o movimento sindical. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. Por uma cruzada contra a fome e o agrohidronegócio – Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**. v. 9, n. 1, 2008. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA%209%201/02-9-1-ThomazJr.pdf>. Acesso em 19 dez. 2014.

UNICA. **Setor Sucroenergético.** São Paulo: 2010. Disponível em <<http://www.unica.com.br/content/show.asp?cntCode={6ED1BE65-C819-4721-B5E7-312EF1EA2555}>>. Acesso em 15 set. 2014.

VALENTE, L.C.M.; SATOLO, L.F. Impacto do preço internacional do açúcar no mercado de combustíveis leves. In: **Anais do 48º Congresso SOBER.** Campo Grande, 2010. Disponível em < <http://www.sober.org.br/palestra/15/26.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2014.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: UNB, 2004.

Submetido em: janeiro de 2018.

Aceito em: agosto de 2018.